

# Concepções de Espaço Geográfico e Território

Joice Aparecida Antonello Abrão<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo principal deste artigo é refletir sobre os conceitos de análise geográfica espaço e território. Apesar das ideias aqui expostas serem propedêuticas e de estarem na superfície de debates transdisciplinares, vamos expor aqui, algumas considerações que julgamos relevantes, sobre o que alguns autores (e aqui não estão todos, o que seria impossível) escreveram sobre tais conceitos. Estabelecemos um recorte temporal em meados da década de 1970, parcialmente a partir do movimento de renovação da Geografia centrada em estudos marxistas fundamentada no materialismo histórico e na dialética; na fenomenologia e no existencialismo; respectivamente, substantivando a chamada Geografia crítica e cultural. As leituras direcionadas constituem os principais elementos metodológicos desta pesquisa, que se realiza no âmbito do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

**Palavras-chave:** Geografia; Espaço Geográfico; Território.

## Conceptions of geographic and territory space

### Abstract

The main aim of this article is reflect about concepts of geographic analysis, space and territory. In spite of the ideas here exposed they were propaedeutic and of they were in the surface of transdisciplinary discussion, we go to expose here, some considerations that we judge relevant, about what some writers (and were aren't all, what would be impossible) wrote about such concepts. We establish a temporal bevel in middle of the decade 1970, partly from part of the movement renovation of the Geography centered in Marxist study, well founded in the historic materialism and in the dialect, in the phenomenal and in the existentialism; respectively, substantive a calling critical and cultural Geography. The bound readings constitute main methodology element of this search, that if it achieve in the ambit of the Group of Territorial Study (GETERR) University of the west of the Paraná.

**Keywords:** Geography; Space; Territory.

### Introdução

Neste artigo refletimos sobre dois conceitos da análise geográfica: espaço e território. Entendemos que um texto, cuja preocupação é compreender o conceito de espaço geográfico e território, é, antes de tudo, uma tarefa difícil, principalmente quando temos que trabalhá-los como importantes ferramentas intelectuais de concepções historicamente condicionadas e construídas em lugares diferentes que coexistem espaço-temporalmente.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus de Francisco Beltrão-PR; integrante do grupo de pesquisa GETERR - Bolsista Capes; joiceantonello@gmail.com

Vamos expor aqui, algumas considerações que julgamos relevantes, sobre o que alguns autores (e aqui não estão todos, o que seria impossível) escreveram sobre tais conceitos. Ao conceituarmos espaço geográfico sintetizamos algumas definições com base, sobretudo, em Milton Santos, mas também em Dorren Massey, Antonio Carlos Robert Moraes, Ruy Moreira, Roberto Lobato Corrêa, Fernand Braudel e David Harvey. Nas concepções de território, utilizamos Claude Raffestin (1993), Giuseppe Dematteis, Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza e Marcos Aurelio Saquet.

As ideias aqui expostas, apesar de serem propedêuticas e de estarem na superfície de debates transdisciplinares com alguns autores, têm o objetivo de desenvolver, na medida do possível, uma reflexão conceitual de espaço geográfico e território, conforme alguns estudos e discussões já elaboradas no âmbito do GETERR (Grupo de Estudos Territoriais), com sede na UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), campus de Francisco Beltrão – PR.

Estabelecemos um recorte temporal em meados da década de 1970, parcialmente a partir do movimento de renovação da Geografia centrada em estudos marxistas fundamentada no materialismo histórico e na dialética; na fenomenologia e no existencialismo; respectivamente, substantivando a chamada Geografia crítica e cultural.

Nas perspectivas críticas do pensamento geográfico, espaço e território estão intrínsecos, e assim, expressam-se como produto do processo histórico, social e ao mesmo tempo, condição para o *devir*. A partir da década de 1990, os estudos sobre espaço e território recebem contribuições da Geografia cultural num momento em que surge a necessidade de compreender que as realidades sociais são influenciadas por elementos histórico-culturais de grupos responsáveis pela apropriação e construção de determinado espaço geográfico, aspecto este, relevante para a compreensão das dinâmicas dos locais em que se destacam os sentimentos, as intuições, os ideais, os anseios, as experiências e os símbolos de vida cotidiana como elementos territorializantes.

Entendemos que os paradigmas da Geografia estão inseridos numa lógica e perspectiva espaço-temporal e, assim, expressam movimento. Conforme se dá o direcionamento científico, não há uma ruptura entre a evolução dos conceitos e categorias analíticas, mas sim uma complementaridade de ideias. O que antes existia, não é extinto, mas passa a coexistir às novas abordagens geográficas.

Espaço Geográfico e território são conceitos complementares e interdependentes. Porém, para entender o território no nível do pensamento e na constituição do vivido, precisamos compreender o conceito de espaço e a relação espaço-tempo. Por isso, neste texto, por uma questão metodológica, procuramos conceituar primeiramente o espaço e em seguida o território.

### **Concepções de espaço geográfico**

No intento de qualificar nossa compreensão de espaço sob a perspectiva analítica geográfica crítica, “como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2009, p. 21). Surge a partir da intencionalidade social por meio da qual o homem se apropria do espaço natural transformando-o, através do trabalho, em espaço geográfico, ou seja, é resultado e condição da dinamicidade de relações que os homens estabelecem cotidianamente entre si, com a natureza e consigo mesmo. Revela, ainda, contradições e desigualdades sociais.

Por estarem em contiguidade, os sistemas de objetos e ações se dão de modo associado e estão “reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)” (SANTOS, 2009, p. 77-78). A ação é própria do homem e sempre se dará sobre o meio. Resulta de suas necessidades materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas; próprias ou criadas. Os sistemas de objetos, sua utilidade atual, passada ou futura é dada pelas relações sociais, do relacionamento do homem com o seu entorno. Tem papel simbólico, mas também funcional.

Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que o homem-animal-social-espiritual (SAQUET, 2011) modifica a natureza, ele cria um lugar, ou espaço, para viver e cultivar suas crenças, ritos, mitos, valores e comportamentos. A partir do domínio de técnicas desenvolvidas e aprimoradas historicamente, o homem, vivendo em sociedade, ocupa, modifica e localiza-se no ambiente natural. Ao movimentar-se, o homem, inscrevendo-se em um *novo* lugar, des-re-territorializa-se social e espacialmente (SAQUET, 2005). O espaço geográfico corresponde, assim, aos espaços produzidos pelo homem em diferentes temporalidades ao relacionar-se entre si, consigo mesmo e com a natureza no lugar em que vive.

Logo, o espaço é “formado pelo resultado material acumulado das ações humanas

através do tempo e pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2009, p.106); Está em constante transformação. Neste sentido, são dois aspectos centrais que abordamos neste texto para compreender o processo de produção do espaço geográfico: a valorização da ordem do tempo histórico para a do espaço e de suas peculiaridades, bem como de seu papel no movimento da realidade para compreender as relações socioespaciais.

Diante da necessidade de se conhecer o passado para compreender o presente, pensar o futuro, o processo de construção dos lugares e as mudanças e permanências territoriais, Santos (2009) é enfático ao destacar a importância da periodização histórica no estudo do espaço geográfico. A relação espaço-tempo deve ser abordada de maneira dialética, conforme o tempo histórico e das coexistências, considerando, o movimento, as mudanças e permanências que “conjugam o processo histórico” (SAQUET, 2005, p. 35).

Para Santos (2009, p. 48), a produção do espaço e a percepção do tempo se dá pela técnica. “A técnica é tempo congelado e revela uma história”. Logo, as técnicas correspondem a um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida. No entanto, a difusão das técnicas e de seu uso sobre o espaço é seletiva. Sobre um mesmo espaço, coexistem “elementos técnicos provenientes de épocas diversas” (idem, p. 42) cogitando numa não homogeneização do(s) espaço(s) e do(s) território(s).

A técnica é um conjunto de “instrumentos” revestidos por temporalidades próprias, que a sociedade desenvolve e utiliza para alterar a natureza e criar o espaço geográfico. Todos os acontecimentos sociais devem ser analisados sob a ótica da evolução das técnicas; é a técnica que une os sistemas de ações e os sistemas de objetos; ela permite a relação homem-natureza e homem-homem e, desta forma, a produção do espaço geográfico (SANTOS, 2009). O autor sugere assim, o estudo da empiricização do tempo e do fenômeno técnico, historicamente, na abordagem geográfica. Para ele, é através do uso das técnicas, em cada tempo e lugar, que o homem, por meio do trabalho, unifica tempo e espaço. Portanto, as técnicas são “formas de fazer e regular a vida” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 24). Tanto é que, “foi por intermédio das técnicas, diversas nos tempos e nos lugares, que a sociedade foi construindo uma história dos usos do território” (idem, p. 27). O território aqui entendido como extensão apropriada e usada e como nome político para o espaço de um país (SANTOS e SILVEIRA, 2002). Todavia, embora a técnica seja considerada por Milton Santos um meio de explicação geográfica, ela por si só, não explica nada. Só existe quando utilizada pela sociedade.

Entendemos assim, que os sistemas de objetos referem-se às formas do espaço geográfico, ou seja, àquilo que está presente de forma materializada pela ação da sociedade. Nesse caso, o autor não se reporta apenas aos objetos artificiais, mas, também aos objetos naturais, que já estão socializados, ou seja, àqueles elementos naturais utilizados pelo ser humano com objetivos e/ou intenções sociais. Os sistemas de ações são caracterizados pelos conteúdos presentes nas formas, isto é, são as necessidades tanto materiais e imateriais, econômicas, culturais, morais e afetivas que conduzem à ação humana, transformando os espaços construídos de forma intencional, através de eventos, que geram novos objetos.

Além das ações levarem a criação de novos objetos e/ou objetos técnicos, esses, por sua vez, também condicionam as ações humanas. A posse de uma máquina (trator, colheitadeira) ou implemento (carreta, plantadeira, etc.) agrícola, por exemplo, é elemento que condiciona as ações de um agricultor que podem aumentar sua produção ou área plantada. A falta de tais recursos, o levam a outras ações, tais como, o aluguel ou contratação de máquinas; a diminuição da produção; ou a opção por outra atividade que não precise dessa técnica.

As técnicas presentes em cada lugar condicionam como um de seus elementos fundamentais, a produção, a circulação e o próprio consumo, enfim, a produção do espaço geográfico, interagidas com as relações de produção e outros aspectos de nossa vida cotidiana (SAQUET, 2005, p. 44).

O espaço geográfico é produzido social e historicamente. É diariamente reproduzido através do trabalho e demais atividades do homem, revelando, ainda, as contradições e desigualdades sociais. As mudanças ocorrem de maneira dialética; não é algo aleatório, mas sim, fruto de intencionalidades sociais, construído de acordo com a evolução histórica e também da ciência e técnicas presentes no território. O Espaço é, assim, um híbrido entre o meio natural e a técnica, com múltiplas relações que se caracterizam através dos objetos (formas) e ações (conteúdos) pelo transcorrer do tempo (SANTOS, 2009).

Corrêa (2003) apresenta, ainda, outras determinações para o espaço, sendo caracterizado pelos mecanismos de ação econômicos, em que, a variável mais importante é a distância relegando as contradições, os agentes sociais, o tempo e as

transformações. Assim, o espaço advém das relações entre os objetos que implicam em custos: dinheiro, tempo, energia - para vencer a fricção imposta pela distância.

Numa abordagem *mais* econômica do espaço geográfico, tratamos de **desigualdades**, de processos distintos por natureza e desdobramentos; de unidades produtivas, setores, ramos, ou lugares, com crescimento e desenvolvimento desiguais e suas articulações; num estudo *mais* político e cultural, podemos evidenciar as **diferenças** entre grupos sociais, categorias, etnias, lugares e, evidentemente, suas relações, ligações (SAQUET, 2005, p. 46 – grifos do autor).

Não diferente Harvey (2005) entende o espaço geográfico como multidimensional construído historicamente por cada sociedade. Compreende o espaço e o tempo, na vida social/cotidiana, com o propósito de identificar alguns vínculos materiais existentes entre processos político-econômicos e culturais para assim, explorar a ligação entre o pós-modernismo e a transição do fordismo para modalidades mais flexíveis de acumulação do capital. Conforme explica, o modo de produção vigente em cada sociedade é determinante para a produção do espaço, isto é, cada modo de produção resulta numa nova dimensão espacial, de forma que o espaço é produzido pelo processo de produção e, ao mesmo tempo, dá suporte ao seu desenvolvimento.

O espaço é, ainda, tratado como um fato da natureza, “naturalizado” através de atribuições de sentidos cotidianos comuns. Tem aspectos mais complexos do que o tempo (direção, área, forma, padrão, volume e distância) e pode ser medido e apreendido. Esta concepção atribui ao espaço formas resultantes da matéria como extensão e localização e ao tempo o significado de duração, processo e sequência. O espaço geográfico é, a um só tempo, social e natural, pois, todos nós, homens e mulheres, somos e estamos na natureza e na sociedade o reproduzindo constantemente.

Explica Harvey (2005) que o modo como representamos o espaço e o tempo na teoria, importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo. Acredita que os espaços contêm tempo comprimido. Refere-se ao tempo memorizado e não fluxo, em outras palavras, às lembranças e sonhos da humanidade (aspectos identitários).

Para Moreira (1992, p. 88), o espaço geográfico é a história em seu devir perpétuo, isto é, encontra-se em permanente processo de transformação, acompanhando e condicionando a evolução das sociedades: “O espaço é a sociedade pelo simples fato de que é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do

processo de trabalho”. Justamente, “Porque não existe tempo fora do espaço, e espaço fora do tempo, uma vez que o real é o espaço-temporal” (MOREIRA, 2010, p.143).

Igualmente, produzido pelo processo de trabalho (transformação da natureza em produtos úteis aos homens), o espaço é, conforme Moreira (1992), um esplêndido recurso de leitura da sociedade no decorrer do tempo histórico e condição para reprodução dos homens. Logo, a noção de espaço é inseparável da ideia de tempo. Tanto é que, Milton Santos observa o espaço como subproduto do tempo, como acumulação desigual de tempos, isto é, a formação de um espaço supõe o acúmulo de ações localizadas em diferentes momentos históricos.

Massey (2009) também trabalha tempo e espaço implicados um no outro. O mundo vivido é temporal e, ao mesmo tempo, espacial, e a representação é uma tentativa de apreender os dois aspectos desse mundo. O espaço “conquista” o tempo a partir da representação da história da vida do mundo real, contudo, o tempo só é possível de ser representado através de sua “subordinação” ao espaço e aos modelos espaciais.

A proposta de Massey (2009) é construir a ideia de espaço pensado como produto de inter-relações, sempre em construção, aberto, inacabado, contemporaneidade dinâmica e heterogênea. Por isso, o tempo (passado, presente e futuro) para ela, é visto como dimensão da mudança e, o espaço, como dimensão social: da coexistência contemporânea.

Até agora, as concepções estudadas nos levam a entender o espaço geográfico a partir da conjugação espaço-tempo; tempo que significa processualidade histórica e velocidade das relações. Uma contribuição importante nos é dada por Braudel (2005), para o qual o tempo histórico avança com diferentes velocidades. Afirma que, a duração social, os tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens não são apenas elementos do passado, mas também preenchimento (o que chama de estofa) da vida social atual. Assim, define a história como a dialética da duração, sendo importante perceber que os fatos históricos têm duração variável: vale o tempo de permanência da realidade que eles registram e este é primordial porque apresenta pontos de mudanças e permanências.

Braudel (2005) pretendia construir uma linguagem comum para todas as ciências sociais contemporâneas para que pudessem compreender as formas de organização social na sua totalidade. Entretanto, a duração do tempo social é simbólica, descontínua, múltipla e heterogênea. Por isso, para que possamos usá-la, precisamos acrescentar as temporalidades simultâneas e o tempo coexistente. Isto porque, caçadores, pastores,

industriais, agricultores familiares e camponeses, têm sistemas temporais que diferem, mas coexistem. Verticaliza-se a isso, a ideia de que, os homens não percorrem as mesmas distâncias no mesmo tempo.

Cada ser humano e objeto/forma têm um passado, presente e futuro (diacronia), e utiliza o espaço no tempo de maneira diversa, visto que os eventos não são sucessivos, porém, existem ao mesmo tempo (sincronia). Portanto, cada ação se dá segundo seu tempo e as diversas ações se dão conjuntamente (SANTOS, 2009). Milton Santos compreende que a coexistência seria simultaneamente o tempo da vida de todos e, portanto, o tempo concreto. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades. Diferentes usos do espaço relacionados com possibilidades distintas de uso do tempo.

Santos (2008) identifica e caracteriza como elementos do espaço: os homens (fornecedores de trabalho); as firmas (produtoras de bens, serviços e ideias); as instituições (estabelecem normas, ordens e legitimações); o meio ecológico (conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano) e as infraestruturas (nada mais são que o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, estradas, etc.). Salaria que os elementos estão ligados entre si (coexistem) e por uma organização reguladora que pode assumir diferentes escalas.

A concepção de espaço geográfico se refere à dinâmica e funcionalidade de determinado local somado a processos mais amplos proporcionados pelas ações em diferentes níveis escalares. O espaço é, então, através do resultado do trabalho e das redes de circulação e comunicação, local e global ao mesmo tempo. Ele possui um presente que passa muito rápido e um devir que, além de ser começo é também sequência, é sucessão e, portanto, movimento.

Há, portanto, na sociedade e na natureza, um processo histórico que sintetiza mudanças e permanências materializadas no espaço mediante uma articulação que combina tempo histórico (tempo curto, breve e longo) e tempo das coexistências (rápidos e lentos). Processo histórico que apresenta-se com singularidades no interior de cada lugar e entre os lugares. Logo estamos sobre o espaço ao mesmo tempo em que o reproduzimos objetiva e subjetivamente. O espaço geográfico possui um presente que é o tempo vivido (o instante que se passa), mas que é muito rápido, que já é passado. Logo é movimento, *devir*, do *ser* e do *vir-a-ser*, assumindo cotidianamente formas e conteúdos (SAQUET, 2005).

Nesse sentido, o processo de construção do espaço geográfico é econômico, político e cultural. O mesmo acontece com o território, como produto da ação de apropriação e produção de um espaço, inserindo-se num campo de poder qualquer, de relações sociais. Onde o homem estiver, há relação, e assim poder, e, a partir da apropriação e produção do espaço, conseqüentemente, há território. “A apropriação e produção do espaço geográfico, cotidianamente, estão na base do arranjo territorial. Território e espaço estão ligados, entrelaçados, pois o primeiro é fruto da dinâmica socioespacial” (SAQUET, 2005, p. 49). Espaço e território são constantemente modificados pelas relações que o homem estabelece no seu cotidiano e, assim, expressam diferentes temporalidades e territorialidades.

### **Concepções de território**

Por meio da Geografia Crítica, articulada ao pensamento dialético materialista, que reforça a necessidade de discussão filosófica (HAESBAERT, 2006), o território, que em épocas precedentes, assumiu outras formas e se expressou com outros conceitos (DEMATTEIS, 2008), passa a ser compreendido como produto histórico, simultaneamente, reticular e relacional, e assim constituído, significa movimento (duração, sequência, cronologia e periodização) com interações socialmente definidas, envolvendo e sendo envolvido, ao mesmo tempo, por processos naturais (SAQUET, 2007). Sendo assim, o território apresenta continuidades e fluidez marcadas por fixos e fluxos conectados por nós e pontos envolvidos por relações de poder formando redes sociais (SAQUET, *et. al.* 2010). Em outras palavras, o território passa a ser apreendido como produto de conflitos e contradições sociais, ao mesmo tempo, em que o espaço é tratado como condição da dinâmica socioespacial; *locus* da reprodução das relações de produção (SAQUET, 2007).

A obra “Por uma Geografia do Poder” de Claude Raffestin, traduzida para o português em 1993, teve uma das mais importantes contribuições para a difusão, pelo menos no Brasil, do conceito de território.

Raffestin (1993), parte, inicialmente, da confrontação dos conceitos de espaço e território. Para ele, espaço e território apresentam valores diferenciados, sendo, ainda, o espaço anterior ao território; o território se forma a partir do espaço pela ação do homem; é definido a partir das relações de poder (econômicas, políticas e culturais) e é a principal categoria de análise da realidade. Diferente do que seguia Milton Santos, que tinha outro

ponto de vista. A utilização do território pelo povo cria o espaço. O território é formado pelas formas nas paisagens mais a vida que os anima, formando um sistema complexo que evolui constantemente; enquanto que, o espaço geográfico é construído socialmente por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, sendo, ainda, a categoria de análise geográfica.

Raffestin (2010, p. 16) remete a necessidade de compreender o território concomitante à paisagem, entendendo-a, “não somente como um instrumento para conhecer a realidade, mas um excelente meio para conhecer o modo de ver/observar a realidade e de usá-la”. Isto porque, não existe compreensão dos processos na sua conjuntura sem ajuda de uma imagem, principalmente a partir das novas configurações territoriais materializadas no espaço.

Nesse sentido, é possível ver o território e representá-lo através de imagens que podem ser compreendidas como paisagens [...] É uma forma de se trabalhar, na geografia, a interação Terra-território, através da representação e do estudo da vida cotidiana, a qual é possível apreender a fluidez do tempo, os conflitos e os sujeitos que estão presentes nas relações que ocorrem entre o local e o global (SAQUET, 2007, p.81).

Assim como o espaço subjacente a qualquer elemento da realidade, também o território não pode ser compreendido a-historicamente. Ambos os conceitos só podem ser compreendidos quando enfocados na sua relação recíproca com a sociedade e as diferentes relações de produção materializadas historicamente.

Raffestin (2010, p. 17) sintetiza o território como produto do processo de produção em escala diacrônica e em contínua evolução, e a paisagem, ao contrário, “como resultado de um *processo de produção mental*, que se origina, a partir da observação humana mediatizada por diferentes linguagens: naturais, da pintura, da escultura, lógico-formais e matemáticas”. A paisagem constitui, assim, no espaço representado, em que se expressa o controle, domínio e imagem do território (SAQUET, 2007). Como não é possível esgotar a riqueza do real, as imagens permitem um conhecimento diferente e diversificado da realidade (RAFFESTIN, 2010).

Uma categoria essencial utilizada por Raffestin (1993) para compreender o território é o poder exercido pelas pessoas de maneira individual ou em grupo. Haesbart (2006; 2007) faz uma interpretação conceitual de território centrada em fatores de instrumento do poder político e como espaço de identidade cultural. Para este autor, o território tem um caráter de domínio político e uma apropriação simbólico-identitária

determinada por determinados grupos sociais sobre o espaço de vida. Resultaria daí, uma sobreposição de territórios denominada multiterritorialidade, envolvendo os territórios-zona, onde há o predomínio da lógica política; os territórios-rede, em que prevalece a lógica econômica; e os aglomerados de exclusão, trabalhados pelo autor a partir da desterritorialização. Logo, o território é produto socioespacial de relações concretas e simbólicas articuladas aos interesses políticos e econômicos promovidos por um sistema altamente concentrador.

Sob este aspecto, Dematteis (2008, p. 35) distingue duas formas de territorialidades: a passiva que remete submissão e obediência, obtendo atitudes negativas, por compor “estratégias de controle, e com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos”; e a territorialidade ativa, que implica à conquista de autonomia, luta e resistência, pois “deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão” social, configurando “estratégias de respostas/resistência às imposições de controle”.

Um dos discursos mais difundidos na temática da desterritorialização é aquele que propõe a emergência de uma sociedade em “redes” ou “reticular” (com dimensões locais, regionais e planetárias) em detrimento de uma sociedade “territorial”. “O conceito de rede nasce com o próprio capitalismo, e os primeiros pesquisadores, a utilizá-lo, aparecem no século XIX, quando tentam explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo novo sistema” (HAESBAERT, 2006, p.121). E ainda,

A realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios: de redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e territórios (sendo, portanto, desterritorializadoras), e de outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras (sendo, portanto, territorializadoras) (HAESBAERT, 2007, p. 123).

Nesta conjuntura, para Dematteis (2008) através do estudo das relações sociais e naturais, ou seja, da territorialidade, pode-se compreender quais as potencialidades e dificuldades encontradas no território, com o objetivo de elaborar projetos de desenvolvimento que visam solucionar ou amenizar os problemas, potencializando as principais características que há em cada território. Define a territorialidade como “relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições e poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são

próprios dos territórios onde se habita, se vive e se produz” (idem, p. 34).

Raffestin (1993) também destaca as redes construindo uma abordagem relacional do território evidenciando também o poder. Apreende o espaço enquanto “palco” de ações em que os sujeitos são os “atores”. Neste caso, ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente o ator territorializa o espaço. O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O território é uma produção a partir do espaço. O espaço só existe em função dos objetivos intencionais do ator. O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o território visto e/ou vivido (RAFFESTIN, 1993). Explica Saquet (2006, p. 2), que Raffestin compreende as redes “através da complementaridade existente entre a circulação e a comunicação, como fluxos materiais e imateriais, na produção do território”.

A concepção de Raffestin (1993) sobre espaço geográfico limita-se a compreendê-lo enquanto natureza e/ou recursos naturais. Além disso, o espaço geográfico, conforme ressalva Saquet (2005, p. 38-39), “não é apenas palco, receptor de ações e obras. Simultaneamente, é produto da processualidade social e é força produtiva. Além de ser elemento, também, constituinte do território.

Em Raffestin (1993), a formação do território combina sempre, malhas (projeção de limites, expressa a área de exercício dos poderes), nós (expressam os locais de poder e representam a localização dos atores) e redes (“linhas” que ligam os territórios) como uma forma de construir sua autonomia. Outra contribuição de Raffestin (1993) corresponde ao que o autor denomina de processo TDR, dado, principalmente a partir de fatores econômicos.

Explica Raffestin (1993), que os homens, por meio da TDR (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização) constroem e modificam o território na relação sociedade, espaço e tempo, pois cada um possui características sociais e naturais específicas. Por isso, faz-se necessário compreender a história, numa relação dialética, envolvendo o tempo histórico e das coexistências. Cada objeto e sujeito têm um tempo (passado, presente e futuro) que coexiste no espaço e no território.

Logo, a TDR é um processo de relações sociais, perda e reconstrução de relações, “um refazer de territórios, de fronteiras e de controles que variam muito conforme a natureza dos fluxos em deslocamento sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital” (HAESBAERT, 2006, p.122). Contudo, na des-territorialização, o que já existe não é extinto, mas superado, readaptado constantemente às novas configurações territoriais (SAQUET, 2007).

Assim, conforme Saquet (2007), o território em Raffestin é formado pelas relações de poder multidimensionais, ou seja, é constituído por um conjunto de relações sociais, tanto econômicas como políticas e culturais, efetivadas pelos indivíduos que pertencem a certo grupo social, fundamentado pela capacidade que os homens têm de transformar, por seu trabalho, e, ao mesmo tempo, pela natureza que os circunda e pelas suas próprias relações sociais.

Assim sendo, o poder, conforme Souza (2003), não pertence há um indivíduo isoladamente, este, somente existe, se apreendido enquanto grupo (no caso do Estado por alianças, coligações, vinculado a agentes econômicos do capital etc.). Para Raffestin (1993), a população está na origem de todo o poder, seguida pelo território ou recursos. Entretanto, na população residem as capacidades virtuais de transformação. Ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação.

Explica Souza (2003) que a menção ao território, numa primeira análise, faz pensar em Estado como gestor, em fronteiras nacionais e denota sentimento de pátria. Salienta Raffestin (1993) que o território não deve ser reduzido a esta associação ao Estado, visto que, se o Estado tem o controle, os indivíduos também o têm; se os indivíduos tornam-se dependentes às ações e intervenções estatais, o Estado também dependente dos indivíduos, embora estes últimos estejam alienados aos interesses e estratégias do capital.

Vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante dos nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças[...] Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) podem formar e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal variável de séculos a décadas, meses ou dias), ser antes instável que estáveis, ter existência regular, mas periódica, ou seja, por alguns momentos (SOUZA, 2003, p. 87).

A concepção de Souza (2003) tem um forte caráter político em favor da conquista da autonomia.

Ressalva Saquet (2006), que o poder está presente nas ações do Estado, mas também de instituições, empresas, enfim, nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando o controle e a dominação sobre os homens e as coisas.

Detalhando nossa análise, até então, o território está vinculado ao exercício do poder (do Estado, das empresas e demais instituições) e à apropriação do espaço, sobretudo, pelo trabalho, pelas técnicas e pelas tecnologias.

[...] entendemos que o território é construído histórica e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais. Há um processo de apropriação do espaço, controle e dominação que gera certa formação territorial. A apropriação e a dominação são efetivadas por agentes sociais, os mais diversos, como o Estado, cooperativas empresarialmente desenvolvidas, estabelecimentos comerciais, usineiros, instituições não-governamentais, sindicatos, igrejas etc. São agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas [...] gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas (SAQUET e ANTONELLO, 2010, p. 407).

Concepção similar a de Claude Raffestin é a elaborada pelo italiano Giuseppe Dematteis. Para ambos, o território é produto socioespacial, de relações econômicas, políticas e culturais ligadas por redes. Entretanto, Dematteis apresenta um caráter político vinculado aos processos de desenvolvimento a partir de uma concepção reticular, (i) material, híbrida, histórico-crítica e operativa (SAQUET, 2007).

Dematteis (2008) está preocupado com a verticalidade (clima, solo, tipo de cultura), e horizontalidade (relação entre pessoas, na produção, circulação, etc.) das relações geográficas combinadas às articulações territoriais locais, às quais, o autor se refere como Sistema Local Territorial (SLOT), composto por redes locais e sujeitos; ambiente local; pela interação das redes locais com o *milieu* e com os ecossistemas locais; e pela interação da rede local com as redes globais (SAQUET, 2006). A terra se torna território “quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação” (DEMATTEIS, 1985, p. 74 *apud* SAQUET, 2007, p. 81).

Conforme explica Dematteis (2008, p. 37-38), trata-se de uma modalidade de organização territorial que, com a intervenção de estímulos oportunos e com ações de governança, podem ativar e orientar processos autônomos de desenvolvimento. Contudo, a análise *SLOT* não dará certezas sobre a realidade e nem sobre a projeção do futuro e do desenvolvimento. “Serve para explorar e descrever a Geografia inerente a um recurso particular, que corresponde à capacidade de auto-organização local e de agregação territorial voluntária” (idem, p. 37-38), mantendo dimensão variável com mudanças e permanências territoriais. Neste contexto, o pesquisador trabalha como mediador procurando conhecer e identificar as potencialidades de cada lugar a fim de ativar as

relações que faltam e os processos de desenvolvimento concentradores que impedem a sustentabilidade territorial.

Sendo assim, Dematteis (2008) compreende o território como produto social, lugar de relações, considerando as interações entre diferentes lugares e pessoas. Trata-se de uma construção social, onde há desigualdades, combinadas às características naturais e específicas de cada lugar. Resulta de uma construção coletiva e multidimensional. Desta maneira, considera o tempo histórico, as relações multiescalares, as mudanças, os conflitos, a dominação e as tramas sociais (SAQUET, 2006). Deste modo, “para melhorar a qualidade do ambiente e da sociedade, para produzir cultura e desenvolvimento econômico, precisamos agir considerando a territorialidade”, ou seja, as “relações dinâmicas, existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições, poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios dos territórios onde se habita, vive e se produz” (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

Sob este viés, Saquet (2007) entende o território e a territorialização como resultado e condição de um processo histórico, em que há relações socioespaciais em diferentes níveis escalares. Por isso, espaço, tempo e território, embora sejam diferentes, como conceitos e processos do *real*, devem ser intrinsecamente abordados, explica o autor. Assim, o espaço geográfico tem valor de uso e de troca e é elemento constituinte do território, também política e simbolicamente. Por isso, o autor julga relevante nos estudos territoriais:

- a) identificar e caracterizar as mudanças/descontinuidades e permanências/continuidades (des-continuidades), considerando-se suas contradições e relações de poder nas dinâmicas econômica, política e cultural; b) a heterogeneidade como tempos (temporalidades) e territórios (territorialidades) ou as múltiplas formas e relações, em interação; c) a identidade ou traços comuns; d) as articulações territoriais, em rede, como um único movimento; e) componentes da natureza exterior ao homem, influenciando e sendo influenciados em processos territoriais (SAQUET, 2006, p. 82).

Percebemos, portanto, que o território, é definido a partir de três ingredientes, as redes, o espaço e o poder sendo que o exercício do poder não é concebível sem territorialidade. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território (SOUZA, 2003). A concretização do território requer, necessariamente, apropriação, dominação e controle, porque inclui relações de poder presentes nas redes de circulação, comunicação e identidade. O poder somente é materializado se apreendido

enquanto grupo, neste caso, por alianças e coligações vinculadas a agentes econômicos do capital.

Sendo assim, o território diferencia-se do espaço por meio de três singularidades: “as relações de poder multidimensionais constituindo campos de força econômicos, políticos, culturais; a construção histórica e relacional de identidades; o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)” (SAQUET, *et al*, 2010, p. 56).

O território é construído pelas relações de poder (materiais – controle e dominação política e econômica; e subjetivas – apropriação cultural e identitária) mediadas pelo espaço.

Com base nas considerações feitas até então, sobre tudo com base em Saquet (2007), acreditamos que o território possui duas dimensões internas de análise indissociáveis: material e imaterial. A primeira, material, faz referência à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito social. A dimensão imaterial corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território, assegurando a manutenção e expansão material; são as ações, representações espaciais, as disputas de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas de imprimir o poder.

Por isso, o conceito de território, após 1970, torna-se o viés para entender a produção do espaço sob a ótica capitalista, em abordagens que procuram explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como forma de controle na vida cotidiana etc. (SAQUET, 2007). Deste modo, a partir da década de 1980 há um esforço para compreender o território como movimento, relação de multiescalaridades e processualidade.

### **Considerações Finais**

Nesta abordagem, mesmo que sumária, apreendemos que o espaço geográfico é produzido social e historicamente, ao mesmo tempo em que é condição para o *devenir* social e espacial. Concomitante a apreensão de Milton Santos, entendemos que o território se forma a partir de uma relação espaço/tempo e ao se apropriar de um espaço, em determinado tempo, a sociedade o territorializa. A utilização do território pelo homem cria o espaço, projetado pelo trabalho. Neste sentido, se faz necessário compreender a história, numa relação dialética, envolvendo o tempo curto, o médio, a longa duração, a

diacronia e a sincronia trabalhadas conforme Fernand Braudel (2005), Milton Santos (1997) e outros. O que muda e/ou permanece, para cada período e/ou momento e lugar, é o arranjo social, espacial e territorial (SAQUET, 2006). Portanto, cada objeto e sujeito tem um tempo (passado, presente e futuro) que coexiste no espaço e no território.

O território, na Geografia crítica, passa a ser compreendido como produto histórico, simultaneamente reticular e relacional; significa movimento (duração, sequência, cronologia e periodização) com interações socialmente definidas, envolvendo e sendo envolvido, ao mesmo tempo, por processos naturais e sociais. Desta forma, o território apresenta continuidades e descontinuidades, marcadas por fixos e fluxos conectados por lugares/nós/pontos envolvidas por relações de poder (SAQUET, 2007).

O conjunto das múltiplas territorialidades que constituem o território historicamente, o configuram a fim de re-organizá-lo espaço temporalmente, conforme as novas relações de poder e as novas formas e objetos materializados no tempo (em que predomina o instantâneo) e no espaço (em que interagem as esferas locais e globais).

Logo, a apreensão destes conceitos é histórica e não deve ser feita inseparavelmente da vida social de um grupo num determinado lugar.

## Referências

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história**. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CATAIA, Márcio Antonio. As desigualdades e a tecnificação do território brasileiro. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea**. Milton Santos: obra revisada. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 170-177.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 15-47.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 33-48.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia geográfica crítica e sua Aplicação no desenvolvimento do Atlas da questão agrária brasileira**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia**. Goiânia.

CEGRA/UFG, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In SANTOS, Milton; BECKER, K.Bertha [et.al] **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, ps.187-218.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de Território, Territorialidade e Paisagem. In PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-23.

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território, e paisagem. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 9, n. 27 set/2008 p. 128-142. Disponível em <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Entender a Produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente /SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p. 35-51.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para Estudos Territoriais. **Revista GEOgrafia**, ano VIII, n.15, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Z. P.; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 53-68.

SAQUET, Marcos Aurélio; ANTONELLO, Joice A. A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil) In: **anais V SIMP GEO (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia)**. Curitiba, 2010, p. 405-420.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos: concepções de Geografia, Espaço e Território**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 77-116.

SOUZA, Suzana Tosta. Algumas reflexões sobre o espaço geográfico e a produção do espaço no capitalismo. In **anais do X encontro de Geógrafos da America Latina**. Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.